

A

ciência econômica, especialmente, muito contribuiu para “universalizar” idéias que simplesmente não consideram as experiências particulares, individuais e de grupo e que, dessa forma, não dão visibilidade às mulheres, que não têm espaço político e são silenciadas em suas tarefas cotidianas.

A economia feminista, em particular, questiona e critica os paradigmas tradicionais das ciências econômicas por ter um enfoque antropocêntrico tanto nos conceitos e categorias como nos meios analíticos utilizados.

Assim como a economia feminista, a economia solidária busca criar e recriar a economia, na prática e na teoria, de forma que ela seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade.

A 5ª edição da série *Globalização e Solidariedade* mostra o que vem sendo discutido no diálogo entre economia feminista e economia solidária, uma vez que elas podem inspirar tratamentos outros para essa economia do sistema do capital que hoje se encontra em absoluto limite de possibilidade de vida para a humanidade e o Planeta.

# Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia

Sandra Quintela



# **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**

Sandra Quintela



Dezembro de 2006

**PACS - Instituto Políticas****Alternativas para o Cone Sul****CNPJ.:** 31.888.076/0001-29

Av. Rio Branco, 277 / 1609 - Centro

CEP 20.040-009 - Rio de Janeiro / RJ

**Telefax:** (0xx21) 2210-2124**Correio eletrônico:**

pacs@pacs.org.br

comunicacao@pacs.org.br

**Sítio:**

www.pacs.org.br

**Série:** Globalização e Solidariedade

nº 5 – Economia Feminista e

Economia Solidária:

sinais de outra economia.

**Texto:** Sandra Quintela**Edição e revisão:** Márcia Danielli**Projeto gráfico e ilustrações:**

Gabi Caspary

**Impressão:** Grafthaly**Tiragem:** 1.500**Apoio:**

FPH

DKA

Christian Aid

Pão Para o Mundo

Instituto Marista de Solidariedade

SCIAF

Trócaire

Isso existe? 4

Mulheres e as ciências econômicas 6

Histórico da economia feminista 10

Linha do tempo 13

Linha conceitual 17

Economia solidária 22

Mulheres e economia solidária 24

Economia solidária e economia feminista 26

Propostas de ação das mulheres 30

Referências 34

Articulações da economia feminista 34

QUINTELA, Sandra

Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia.

Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

40p. (Globalização e Solidariedade, 5)

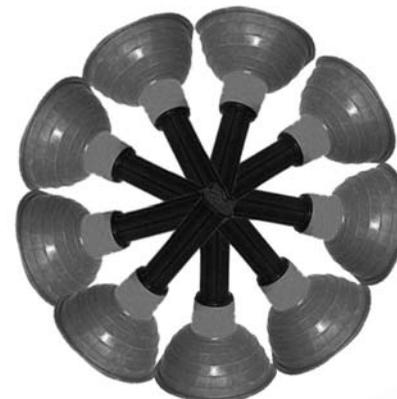
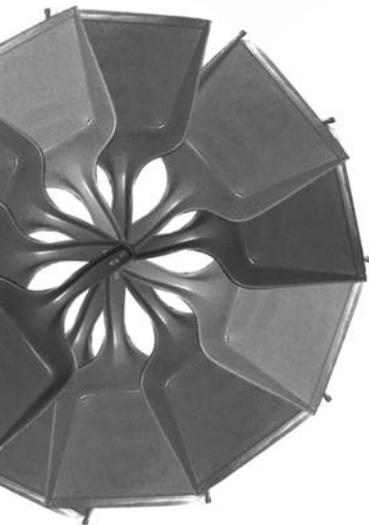
1. Mulheres. 2. Economia. 3. Economia Feminista. 4. Economia Solidária. 5. Trabalho Invisível. I. QUINTELA, Sandra. II. PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. III. Título. VII. Série.

ISBN 85-89366-19-7

978-85-89366-19-9

# Isso existe?

É assim que muitas vezes as pessoas reagem ao conceito de economia feminista. Esse campo de estudo das ciências econômicas é praticamente desconhecido por boa parte do público, mesmo para aquele que lida com economia, política e questões relacionadas às mulheres. Por isso, apresentaremos o tema na sua vertente principal, que é o questionamento sobre a engrenagem do sistema do capital a partir de uma perspectiva feminista em relação aos problemas econômicos enfrentados atualmente. Mészáros denominou o feminismo como o “calcanhar de Aquiles do capital”<sup>1</sup>. Portanto, parece-nos que a reflexão sobre as bases do pensamento econômico feminista pode contribuir com algumas indicações de como pensar e fazer a economia de outro modo.



Além disso, mostraremos algumas idéias do que está sendo discutido no diálogo entre **economia feminista** e **economia solidária**, uma vez que elas podem inspirar tratamentos outros para essa economia do sistema do capital que hoje se encontra em absoluto limite de possibilidade de vida para a humanidade e o Planeta. É nossa intenção apontar as contradições que a economia solidária vive por também não enfrentar profundamente a questão do trabalho das mulheres numa perspectiva de transformação dos parâmetros básicos que dão sustentação à economia do sistema do capital.

Boa leitura!

1. MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo e Campinas: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002. p. 224.

# mulheres

## e as ciências econômicas

A origem da palavra economia remonta ao período aristotélico, quando o próprio Aristóteles definiu economia como **oiko (casa, lugar) e nomia (regras, normas da casa, do lugar)**, ou seja, o cuidar da casa, do lugar onde se está. A casa representa um espaço de produção onde as mulheres atuam de forma destacada, arcando com todas as tarefas e com tudo o que se relaciona à família e suas necessidades humanas (respondidas pelo seu trabalho invisível) que são de bens e serviços, mas também os afetos e as relações.

a economia deveria, como ciência, considerar *a priori* o trabalho desenvolvido pelas mulheres como sendo a base primeira para a construção de seus estudos nesta ciência. Só que, ao contrário do que analogicamente poderia ter sido elaborado nas ciências econômicas, ela, pelo menos, desde o início da Revolução Industrial, se pautou pela esfera da produção voltada para o mercado, para aquilo que se poderia comercializar de forma monetária.

A esfera da produção voltada para o cuidado da casa, do marido, dos filhos e dos idosos, da alimen-



tação, dos pequenos quintais – sem os quais a renda e a alimentação (agricultura familiar) não contariam com a galinha, os ovos, as frutas, os legumes e hortaliças – e todo o lado essencial do cuidado emocional e material, tudo isso é absolutamente invisível para o pensamento desenvolvido pelas ciências econômicas clássica e neoclássica. O trabalho realizado pelas mulheres no interior da agricultura familiar, por exemplo, e na casa, permanece oculto dos debates em torno de questões como políticas de geração de emprego, mundo do trabalho, globalização, neoliberalismo, e mesmo no campo da economia solidária ainda é uma discussão que acontece de forma localizada. O chamado trabalho doméstico, apesar de absolutamente necessário para a sustentação e cuidado da vida humana, se mantém invisível do ponto de vista das políticas que dirigem a economia atual.

A ciência econômica, especialmente, muito contribuiu para “universalizar” idéias que simplesmente não consideram as experiências particulares, individuais e de grupo e que, dessa forma, não dão visibilidade àquelas que não têm espaço políti-

co e são silenciadas em suas tarefas cotidianas. “Acho que mais do que isto, o mecanismo é tornar universais idéias, interesses, comportamentos particulares, de um setor, homens, brancos, ocidentais, com mais de 30 anos”<sup>2</sup>.

Esse mecanismo de universalizar o que é público, mercantil, econômico, racional como sendo pertencentes “naturalmente” ao universo masculino – excluindo o restante que, no caso, são as mulheres que praticam outra forma de produção não necessariamente monetária e/ou mercantil – é prática corrente em toda a construção da história do pensamento econômico, como veremos a seguir. Graças à invisibilidade do trabalho doméstico, deixou-se de incorporar análises sobre economias não-monetárias que pudessem fazer ao menos um contraponto analítico à economia “financeirizada” que vem dominando todas as esferas da economia atual. Esta tem o foco no ganho monetário fácil mediante aplicações em bolsas de valores, *commodities*, títulos da dívida pública externa e interna, etc., e não está centrada em atender às necessidades materiais das pessoas.

## Homem trabalha muito menos que mulher em casa, diz IBGE

CLARICE SPITZ da Folha Online, no Rio - 12/04/2006 - 10h09

Pela primeira vez, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) captou em estatísticas que as mulheres que trabalham fora têm uma jornada extra com afazeres domésticos muito maior do que dos homens.

Segundo o instituto, a jornada complementar média das mulheres trabalhadoras chega a ser o dobro da dos homens no lar, estejam eles trabalhando fora ou não.

Em média, as mulheres gastam 22,1 horas por semana em tarefas domésticas, como arrumar ou limpar a casa, cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça. Orientar ou dirigir ordens a empregadas domésticas, cuidar de filhos, limpar o quintal também são consideradas tarefas domésticas.

Enquanto isso, os homens disseram dedicar 9,9 horas semanais para cuidar da casa.

Em outras palavras, as mulheres trabalham em casa mais de quatro horas diárias. Já para os homens, essa média diária cai para duas.

A economista Cristiane Soares afirma que a desigualdade entre os sexos não se dá apenas em termos de quantidade de horas. “Com certeza, mulheres e homens não fazem as mesmas atividades. Tarefas como limpar o quintal são mais masculinas”, disse.

<http://www.folha.uol.com.br/>

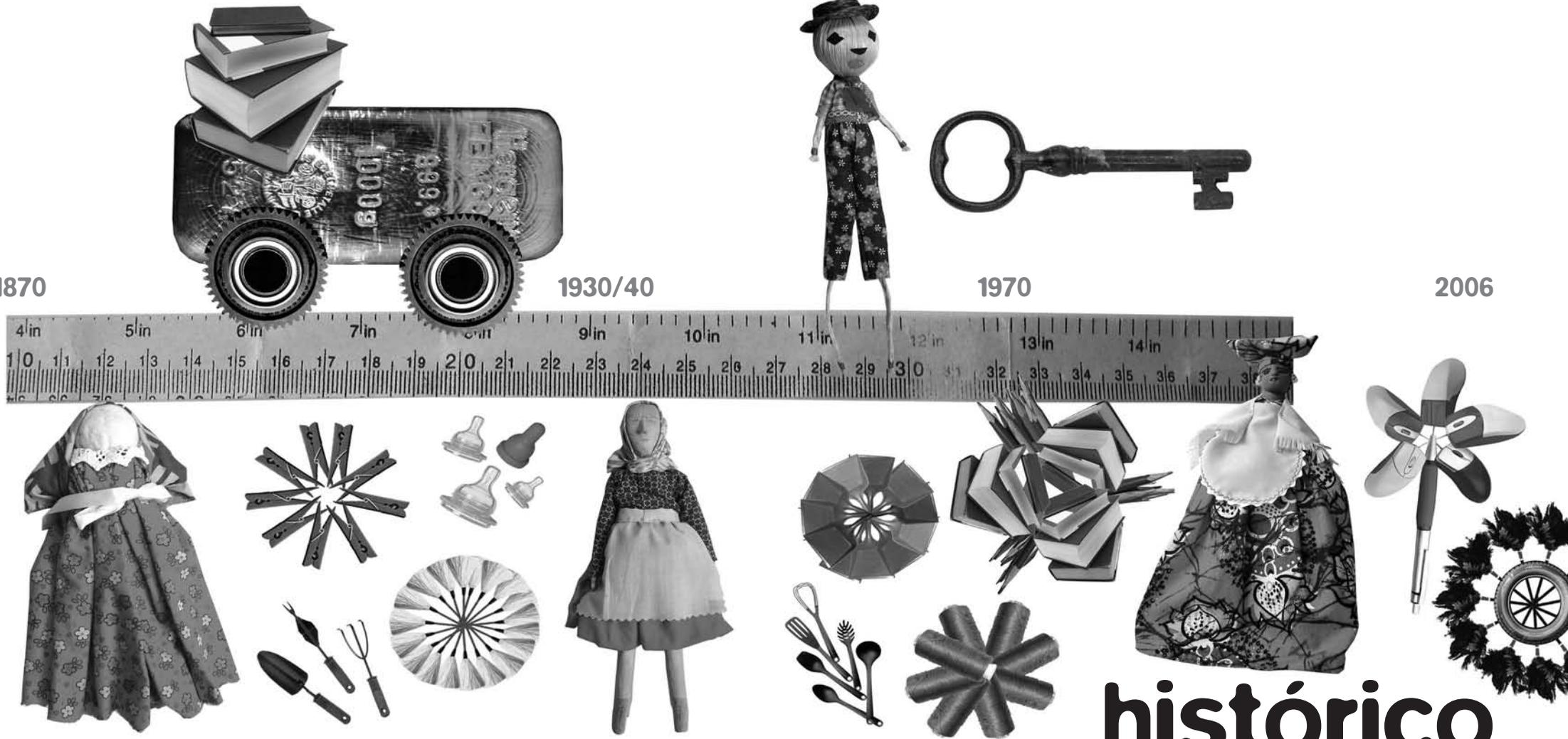
2. Diana Strassmann, p. 29 em NOBRE, M. e FARIA, Nalu, Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002.

1870

1930/40

1970

2006



# histórico da economia feminista

A economia feminista estuda a história do pensamento econômico numa vertente dupla: a crítica à invisibilidade das mulheres no pensamento clássico e neoclássico e a recuperação das idéias de algumas economistas silenciadas pela His-

10

tória e pela corrente dominante da disciplina.

A partir das últimas décadas do século passado, houve um processo de incorporação massiva de mulheres (de classe média) a estudos, ao

ensino superior e ao trabalho assalariado. Essa participação está provocando questionamentos no interior de universidades e propiciando mudanças de enfoque em várias disciplinas. Os estudos de gênero estão contribuindo na abertura de novos

enfoques que, sob essa perspectiva, denunciam o caráter androcêntrico subjacente ao trabalho científico.

As filósofas e teólogas feministas começaram o trabalho de desvelar de um lado a ausência da perspec-

11

tiva das mulheres na construção das ciências, e de outro desenvolver a crítica antropocêntrica às ciências. A economia feminista, em particular, questiona e critica os paradigmas tradicionais das ciências econômicas por ter também esse enfoque antropocêntrico tanto nos conceitos e categorias como nos meios analíticos utilizados. O indivíduo na economia neoclássica, o *homo economicus*, ou seja, o indivíduo padrão de seus estudos, é alguém apresentado como se não tivesse sexo, raça ou classe social, que busca satisfazer suas necessidades materiais de forma egoísta, o que traria para o conjunto da sociedade o bem-estar comum de forma natural, pois, como escreveu Adam Smith, a “mão invisível”, com seu poder de controle “natural”, trabalha para atender a essas necessidades coletivas, o que permite perceber que a economia do cuidado não está incluída nesse paradigma.

Este *homo economicus* na economia clássica e neoclássica “é, ademais, pensado de forma isolada, como um Robinson Crusoe em uma ilha perdida, que nunca foi criança nem será velho porque não tem relações de dependência com ninguém”<sup>3</sup>. O trabalho de fazer com que ele exista como tal, que se alimente, que tenha capacidade de se relacionar com as pessoas, que tome água, que se vista, que se calce, que tenha saúde, que possa crescer e fazer suas escolhas, não existe nesse formato de economia, pois é realizado por outro tipo de indivíduo, que são as mulheres. De forma geral, relações desiguais de poder se estabelecem entre homens e mulheres e são silenciadas na vida cotidiana, nas relações, nas ciências, etc.

A luta de libertação das mulheres nunca foi e não é assimilável pelo sistema do capital por duas razões básicas: a primeira é seu papel na família, na qual é responsável pela reprodução da força de trabalho, pela organização do consumo, da transmissão ordenada da propriedade privada de uma geração a outra, pela reprodução de um sistema de valores hie-

rárquicos; a segunda razão é que a igualdade entre mulheres e homens coloca a questão da igualdade substantiva entre todos. Pressupõe a inexistência de relações de mando nas quais um obedece e outro ordena; pressupõe que as mulheres insiram-se no mercado de trabalho e também nos espaços de poder e que a divisão sexual do trabalho seja eliminada tanto nos espaços públicos como, principalmente, no privado, redistribuindo-se as tarefas realizadas para a família no espaço doméstico como o cuidar dos filhos, etc.

## Linha do tempo

Sem resultados reais nos currículos acadêmicos, o avanço da economia feminista tem se dado, no entanto, na construção de novos conceitos e categorias e de novos campos de conhecimento. Os estudos das precursoras durante o século XIX, coincidindo com a primeira onda do movimento feminista<sup>4</sup>, relacionavam-se à participação das mulheres no mercado de trabalho e ao direito de emprego para as mulheres e denunciavam as desigualdades laborais

e salariais entre os sexos. Essas análises ofereceram elementos para que as feministas, desde os anos de 1970 do século XX, pusessem em marcha a construção do que passou a se chamar economia feminista. Nesse período, cresceram as formulações críticas com novas abordagens para as ciências econômicas a partir do feminismo, questionando tanto a escola neoclássica como a marxista.

### Economia clássica

No fim do século XVIII e início do século XIX, a economia clássica e seus pensadores viveram o momento de transição da economia ligada ao processo de industrialização que se iniciava. A ascensão do capitalismo industrial estava transformando a realidade social e econômica, e a atividade econômica cada vez se confundia com as atividades ligadas

3. CARRASCO, Cristina (Ed.), 1999, *Mujeres e economía, nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Icaria Ed., Barcelona (Cambridge Univ. Press 1988), p. 11.

4. Cristina Carrasco cita Bárbara Bodichon (1857), Fawcett (1918) e Gilman (1989).

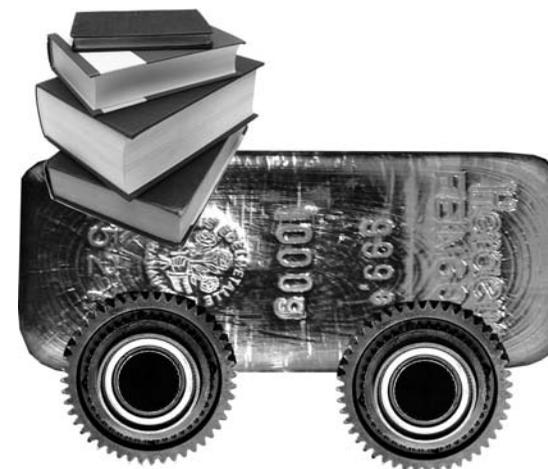
à indústria e ao mercado. Os economistas clássicos, de certa forma, reconheciam o trabalho desenvolvido pelas mulheres na esfera da produção, mas não deram conta de incluí-las em seus modelos macroeconômicos. Isso se manifestou numa tensão, numa contradição em resolver o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo em um esquema analítico que representasse o sistema econômico global.

John Stuart Mill foi o único pensador clássico que tentou integrar o pensamento feminista contemporâneo em seu trabalho. Ele argumentou contra a exclusão das mulheres, fazendo conexões entre a subordinação das mulheres no casamento e as restrições impostas a seu acesso ao emprego. Além disso, foi o único economista da época a reconhecer a influência do gênero no processo de produção.

## Economia neoclássica

A abordagem neoclássica<sup>5</sup> veio a se chamar assim nas décadas de 1930 e 1940. Antes era denominada *marginalista*. A economia neoclássica reduziu a economia ao estudo da inter-relação entre oferta e demanda no mercado. Autores como Jevons e Alfred Marshall ajudaram na propagação de ver o indivíduo como consumidor. Não se pode deixar de lembrar que esse indivíduo representa o universo de relações sociais dos homens.

Para as mulheres, o próprio Marshall<sup>6</sup> advogou em defesa de “se impor restrições ao emprego das mulheres a fim de garantir sua dedicação prioritária ao casamento e à maternidade”<sup>7</sup>. Marshall defendeu também que “trabalho” fosse considerado apenas aquelas atividades que eram fonte de renda. Assim sendo, o que se concebia por trabalho doméstico era o desenvolvido por trabalhadores domésticos que recebiam remuneração por ele. Entretanto, “Marshall, apesar de descartar



a possibilidade de incluir o trabalho doméstico não remunerado na renda nacional, ele reconheceu que a prosperidade da economia dependia de que as mulheres sacrificassem seu próprio interesse pessoal, posto que quem se beneficiaria desse investimento seriam seus filhos e seus empregadores, e não elas”<sup>8</sup>.

Portanto, a divisão sexual de trabalho baseia a fonte de valor na utilidade e não no trabalho, só que utilidade, para os *marginalistas*, era a capacidade de um produto ser consumido; afinal, quanto mais a curva de utilidade marginal fosse decrescente, maior era a venda deste produto. Esse pensamento econômico legitimou a idéia de que o dinheiro representa o papel central da econo-

mia, e que este, segundo Marshall, era o único meio adequado de medir a motivação humana em grande escala. Desse modo, “sacrificaram o estudo da atividade econômica não monetarizada em nome de fazer da economia uma ciência ‘exata’”<sup>9</sup>.

Essa corrente de pensamento que nasceu em 1870 continua valendo até hoje. As relações econômicas não permeadas por dinheiro continuam não sendo “produtivas” para a economia neoliberal, mesmo a despeito de um estudo realizado pelo PNUD, em 1995, que confirma que o trabalho doméstico, incorporado às economias não monetárias, abarca mais tempo de trabalho do que as tarefas realizadas no campo da economia monetária<sup>10</sup>.

5. Também trabalhada do ponto de vista de seus limites sob a sombra da incontrollabilidade do capital.

6. É o mesmo do Plano Marshall.

7. CARRASCO, Cristina (Ed.), *Mujeres e economía, nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999, p. 72.

8. Id., *ibid.*, p. 74.

9. CARRASCO, Cristina. *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria editorial, 1999, p 76.

10. *Construir la igualdad: debates feministas em el FSM*, agosto 2003.

## Economia marxista

O marxismo refaz a idéia dos indivíduos como *homo economicus* por afirmar que eles não são iguais e que faz grande diferença se um deles é proprietário do capital ou proprietário da força de trabalho, no comportamento geral do sistema econômico. Isso contraria o que defendiam a economia clássica e a neoclássica, segundo as quais o comportamento econômico dos produtores e consumidores é justificado como se eles fossem iguais, tivessem as mesmas condições de acesso ao buscar no sistema econômico o atendimento as suas necessidades ilimitadas em um cenário de escassos recursos. Abstrai-se dessa abordagem 'quem controla quem' para, no processo de produção, produzir aquilo que vai atender a necessidades de cada vez menos pessoas no Planeta, e também o fato de quem se apropria do trabalho excedente gerador de mais riqueza, transformada em capital.

Marx desvela as relações sociais de produção do ponto de vista dos mecanismos internos de funcionamento do modo de produção capitalista. Nesse cenário, o trabalho doméstico ficou fora de suas análises

do sistema do capital. Em uma passagem de Teoria sobre a mais-valia, citada por Galtiner, Marx comenta que o trabalho doméstico não remunerado da classe trabalhadora, isto é, aquele que não faz parte do fluxo circular do valor de troca e do capital, é improdutivo.

Neste sentido, é bom destacar as contribuições importantes para os estudos feministas legados pelo marxismo como historicidade, incorporar processos não-econômicos, como a política e a cultura, e o sentido que é possível intervir para mudar uma realidade. Entretanto, permanece a crítica que as economistas feministas fazem à economia marxista por suas noções de proletariado, exploração, produção e reprodução, como se estas fossem isentas em relação ao gênero, além da suposta convergência natural de interesses econômicos entre homens e mulheres.

## Linha conceitual

A economia feminista já se debruçou por vários temas e produziu uma infinidade de material disponível, grande parte na língua inglesa. Entre os já trabalhados estão: trabalho doméstico; diversos aspectos da participação e discriminação trabalhista; políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo; problemas de gênero e desenvolvimento; e a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos.

Essas abordagens foram sendo formuladas nas últimas décadas do século XX, a partir de extensos debates em torno de contradições e dualismos metodológicos ocorridos ao longo das discussões políticas do movimento feminista internacional. Nessas análises, a economia feminista não tem se mostrado monolítica;

os estudos refletem as correntes do pensamento da tradição feminista que são a liberal, a radical e a socialista. Talvez seja importante destacar que uma das principais diferenças entre a corrente radical e a socialista é que a primeira centra o foco da discussão da luta de libertação das mulheres no patriarcado, e a segunda centra suas análises do ponto de vista da crítica ao funcionamento do sistema do capital como o principal gerador das desigualdades entre homens e mulheres. O debate sobre esse dualismo metodológico – patriarcado e sistema do capital – foi iniciado nos anos de 1970 e 1980.

Um segundo tema que se seguiu ao dualismo metodológico tratou do trabalho doméstico, em torno do qual, durante aproximadamente uma década, nos diz Cristina Carrasco, houve um grande debate. Muitas economistas feministas buscavam encontrar uma base material nas ciências econômicas estimuladas pelo ressurgimento do interesse pelo marxismo para associá-la com a opressão das mulheres, abrindo, desse modo, "debates relacionados com a desigual participação dos sexos no trabalho assalariado, o trabalho doméstico e a família; questões que

tradicionalmente tinham sido colocadas às margens da economia”<sup>11</sup>.

No campo dos estudos econômicos feministas, com o objetivo de medir o tempo do trabalho doméstico, vários levantamentos sobre “usos do tempo” foram realizados, os quais desagregam, conforme explica Cristina Carrasco, as diversas atividades que têm lugar na família. Muitos problemas metodológicos surgiram, porque uma “produção compartilhada”, ou seja, fazer alguma tarefa com alguém da casa é muito próprio dos trabalhos das mulheres. Nas décadas mais recentes, o conceito de trabalho doméstico foi-se ampliando para o de trabalho familiar, que inclui o espaço de mediação realizado fora do espaço familiar.

Instrumentos analíticos foram sendo buscados a fim de contribuir para que a discussão sobre o trabalho doméstico transcendesse o limite de restringi-lo a um valor de mercado. Pois, ao mesmo tempo que se procurou atribuir um valor monetário a esse trabalho, sabe-se que é necessário avançar para resolver o “problema de como reconhecer o

trabalho das mulheres sem necessidade de outorgar um valor de troca a todas as atividades não monetarizadas e que muitas não são comparáveis à produção mercantil”<sup>12</sup>.

O que na realidade está proposto por esse desafio é como medir o bem-estar global da sociedade, incorporando a essas análises todas as formas de atividades humanas desenvolvidas para esse fim.

Um quarto campo conceitual desenvolvido foi acerca do mercado de trabalho e as relações de gênero, objeto de grande produção teórica e empírica por parte das economistas feministas. Perguntava-se: Como é que diante de crises econômicas generalizadas das últimas décadas continua aumentando a participação feminina no mercado de trabalho? De fato, as mulheres são em muitos países o único setor da população cuja atividade aumenta durante a recessão.

No Brasil, por exemplo, segundo o documento do IBGE “Síntese dos Indicadores Sociais 2002”, publicado em 2003, “a análise da taxa de atividade por sexo mostra que, embora a taxa masculina ainda seja consideravelmente maior que a feminina, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho. Desde a década de 90, verifica-se uma tendência de queda da taxa de atividade masculina e um aumento da taxa feminina (...). Em 2001, a taxa de atividade feminina foi de 48,9%, enquanto a taxa masculina sofreu uma redução de 1,0 ponto percentual em relação a 1999, passando para 72,8%. Essa crescente presença das mulheres no mercado de trabalho permite inferir que cada vez mais as mulheres assumem importância como provedoras de renda, acumulando esse papel com a função doméstica.”

Além dessas novas contribuições, muitos estudos são realizados analisando criticamente as teorias do mercado de trabalho existentes. Entre elas, inclui-se a compreensão de que o trabalho da mulher é mão-de-obra secundária, e também sobre o conceito de qualificação e não-qualificação da força de trabalho, já que muitas vezes a força de trabalho das mulheres é considerada desqualificada. As feministas economistas questionam essas idéias a partir de seus pressupostos e afirmam que a noção de qualificação, e do que é principal ou secundário no processo de produção, não estão livres de um contexto social que os modela, e depende basicamente dos esforços

11. Id., *ibid.*, p. 21.  
12. Id., *ibid.*, p. 31

dos sindicatos, onde a massiva presença masculina estabelece uma correlação de forças favorável a essa visão masculina sobre o que é trabalho. Dessa forma, ilustra Cristina Carrasco, os critérios que definem o que é maior qualificação são reservados às tarefas que realizam os homens, pois são eles mesmos que definem e valoram essas tarefas, segregando assim os empregos por sexo como conseqüência das

relações de classe e de gênero. Basta observar as profissões exercidas majoritariamente por mulheres, tais como o ensino fundamental e secundário, além das áreas de saúde, como enfermagem, para constatar como elas são as menos valorizadas em termos de salários. Com esses estudos sobre o mercado de trabalho, as economistas feministas querem mostrar que o mercado não é uma entidade sexualmente neutra

e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e da produção.

Um quinto tema ou campo de investigação é sobre as políticas macroeconômicas, principalmente a partir da era Reagan-Thatcher, nos anos de 1980, quando vários estudos foram realizados sobre os impactos das políticas de ajuste estrutural sobre as mulheres.

Finalmente, ainda é possível destacar que a economia feminista não restringe seus estudos apenas às ciências econômicas. Entrelaça a economia com a sociologia, a antropologia e a história, buscando recriar o campo teórico que possa dar conta da crítica à macroeconomia, à concepção de políticas econômicas e à releitura da história do pensamento econômico, construindo novos métodos de análise e investigação.

## Desigualdade salarial entre sexos cresce com maior escolaridade

CLARICE SPITZ da Folha Online, no Rio - 12/04/2006 - 10h22

Embora o aumento da escolaridade influencie positivamente o rendimento dos trabalhadores em geral, isso não ocorre na mesma proporção entre os diferentes sexos.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais divulgada hoje pelo IBGE, com base em dados da Pnad de 2004, a desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior quando aumenta o nível educacional.

Em 2004, as mulheres com até quatro anos de estudo recebiam em média por hora o equivalente a 80,8% do rendimento dos homens com o mesmo grau de instrução.

Já as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam 61,6% do rendimento dos homens.

Segundo o IBGE, a região Nordeste tem a maior desigualdade entre os mais instruídos. Lá as mulheres recebem em média 57,7%

do rendimento hora dos homens. No Sudeste, as mulheres recebem em média 61,9% do rendimento dos homens.

Entre as regiões metropolitanas, diz o IBGE, Salvador tem a maior desigualdade entre os sexos com nível superior. Lá, as mulheres chegam a ganhar 45,9% do rendimento hora dos homens.

Como a jornada média de trabalho das mulheres é tradicionalmente menor que a dos homens, rendimento médio por hora é a medida mais apropriada para a comparação salarial.

### Elas são menos desiguais

A pesquisa mostra ainda que a desigualdade salarial é menor entre a faixa de mulheres mais ricas e o grupo das mais pobres do que entre homens na mesma situação.

Em 2004, o rendimento médio dos 10% mais ricos entre os homens ocupados representava 16,5 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres. Já entre as mulheres, o rendimento do grupo das mais ricas equivalia a 14,3 vezes o das mais pobres.

# economia solidária

Assim como a economia feminista, a economia solidária busca criar e recriar a economia, na prática e na teoria, de forma que ela seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade. Muitos são os conceitos utilizados para denominar esta construção: socioeconomia solidária, economia popular, economia do trabalho, humanoeconomia, etc.

Por meio de diversas reflexões sobre as práticas, emergem acepções a respeito da idéia de que a economia deve funcionar centrada na valorização do trabalho livre gerido pelos próprios trabalhadores. O conceito de socioeconomia solidária coloca a palavra sócio antes da economia, como forma de explicitar que é para a sociedade que a economia deve

servir. Nesse sentido, a análise etimológica da palavra economia – *oikos* (casa) + *nomos* (normas; regras) = cuidar da casa – é reforçada no conceito e na prática da socioeconomia, a qual evoca duas idéias: a primeira é que a sociedade se torne cidadã ativa, consciente e organizada em uma diversidade de formas cooperativas e associativas de produzir, comercializar, consumir, financiar, em torno dos valores da co-responsabilidade e da solidariedade, e que desempenhe o papel de sujeito principal da economia local, regional, nacional e global; a outra idéia é que a economia seja convertida em apenas um meio de busca do bem-estar e felicidade de cada cidadão e cidadã, e do conjunto da sociedade/humanidade.



Desse modo, a chamada economia solidária, diferentemente do que acontece com a feminista, mais centrada no universo dos movimentos sociais, encontra hoje no Brasil e no mundo um amplo campo de apoio em diversos setores da esfera pública governamental e não-governamental, com espaços de diálogos entre

governo, empreendimentos solidários e organizações de assessoria. O Fórum de Economia Solidária e o Conselho Nacional da Economia Solidária são exemplos desses espaços de relação entre o poder público, no caso, a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, e o movimento de economia solidária.

## O QUE LER?

Vários autores latino-americanos vêm-se debruçando sobre o tema, produzindo um vasto material. Entre eles poderíamos citar José Luis Coraggio, Marcos Arruda, Euclides Mance, Paul Singer, Luis Rasetto, Francisco Verano, Rosa Guillen, Luis Inácio Gaiger e outros. Sua produção material é vasta e a centralidade da discussão está na construção de reflexões sobre as inúmeras experiências de produção material e de serviços que buscam uma alternativa ao sistema do capital, além de se avançar na (re)conceituação de termos como cadeias produtivas, trabalho, solidariedade, cooperação, autogestão, comércio, consumo, finanças, etc., buscando dar a eles conteúdo ético, justo e sustentável.

## Mulheres e economia solidária

Apesar de grande parte dos grupos voltados para atividades econômicas no campo da economia solidária ser constituído por mulheres, os documentos de apresentação dos trabalhos da SENAES não trazem qualquer referência à especificidade do trabalho das mulheres nem tampouco explicitam em seus objetivos qualquer perspectiva de gênero. Não só nesses documentos a ausência é

sentida, também a reflexão sobre o modo pelo qual a economia solidária tem contribuído para a redefinição do trabalho desenvolvido pelas mulheres ainda é bastante inicial. Qual a relação entre economia solidária e as mulheres? De que forma a economia solidária responde à desigualdade entre mulheres e homens? Será que ela contribui para contrariar a invisibilidade da economia clássica quanto ao papel das mulheres na economia de mercado?

Estas reflexões seriam muito importantes no sentido da visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres, pois, como lembra Rosa Guille:

*Historicamente as mulheres têm tido uma participação decisiva na integração e no desenvolvimento de suas comunidades e sociedades, como também na resistência aos processos de exclusão, desenvolvendo iniciativas criativas, eficientes e viáveis por baixo custo*<sup>13</sup>.

Nem por isso as mulheres são reconhecidas como protagonistas nas ações para enfrentar as crises econômicas e as novas faces da pobreza, que se apresentam para grande parte da população dos países empobrecidos do mundo e, em especial, na América Latina, que experimenta quase duas décadas perdidas de desenvolvimento socioeconômico.

Essas ações das mulheres se traduzem em experiências que vão desde comedores (restaurantes) populares a cooperativas de crédito e poupan-

ça, passando por projetos para dotar as comunidades de serviços básicos. Em todas, elas se destacam na construção cotidiana de outras formas de sobrevivência.

- Que **impactos concretos** as experiências práticas em vigor de produção, crédito, comercialização e consumo de caráter associativo e cooperativo estão tendo na economia “real”?

- Como elas estão (e se estão) fazendo com que a **“máquina de jogar gente no lixo”** – o sistema do capital – vá parando de funcionar?

- Como estão sendo (se estão) uma base real para a construção de sistema de reprodução material, chamada por Mészáros de **economia comunitária em contraposição à economia individual capitalista**?

- Como a economia solidária está sendo (se é) uma **reconstrução da economia centrada no indivíduo**, cujos pressupostos são as estruturas hierárquicas, a divisão do trabalho, a propriedade privada e a família nuclear?

13. GUILLEN, Rosa. “Economia Solidária no Fórum Social 2002”, em Semeando Socioeconomia – n. 7. Rio de Janeiro: Pacs, 2003, p. 44.

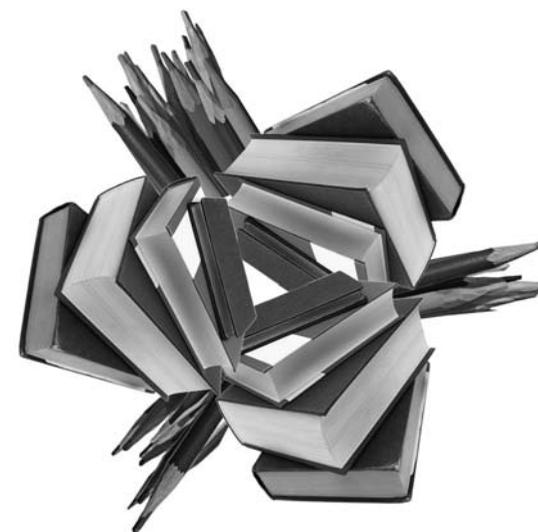
Trata-se de questões que se abrem para o debate que tem cerca de duzentos anos, que encontrou nos socialistas utópicos como Landaure, Kopotikin, entre outros, grandes formuladores do então nascente sistema de capital. Elas trazem à luz os desafios que se lançam neste início de século, quando a sombra da incontrolabilidade do sistema do capital está cada vez mais escura.

## Economia solidária e economia feminista

Em geral, podemos dizer que as idéias das economistas feministas e a economia solidária se tocam muito, são muito convergentes. O princípio é semelhante, o de perguntar: a quem atende a economia? Como é que ela pode ser útil às pessoas? Esse é um ponto de convergência importante entre a economia feminista e a economia solidária que, a partir da contribuição das economistas feministas, pode ajudar a ampliar o olhar da economia solidária, se tentar analisar o papel das mulheres, sua inserção nos grupos de produção, crédito, comercialização, consumo, etc.,

e também a construir instrumentos de ação que permitam diminuir as desigualdades entre homens e mulheres.

Isto lança uma série de desafios para quem está trabalhando concretamente com economia solidária e pensando o papel das mulheres, especialmente o de questionar como é que estão garantidos os direitos das mulheres nesses grupos de produção. É claro que é um grupo sem patrão, sem patroa, mas como ficam a licença-maternidade, as férias, todas as conquistas trabalhistas que se alcançaram graças à luta dos trabalhadores e trabalhadoras? Como, até que ponto, se reproduzem práticas do sistema de capital? O que acontece quando uma mulher do grupo dá à luz: deve voltar uma semana depois para produzir ou não? Como outras mulheres podem criar formas para substituí-la durante a ausência dela? Pela legislação em vigor, as mulheres têm direito a quatro meses; como isto é garantido nos grupos de economia solidária? Como são as férias? Como se dá a possibilidade de ter uma remuneração extra, não necessariamente em dinheiro, no final do ano? Enfim, são aspectos fundamentais para se pensar também



nos grupos de economia solidária; a discussão dos direitos trabalhistas é importante principalmente para as mulheres.

Outro desafio que as economistas feministas trazem para a economia solidária é visibilizar as formas econômicas de sustentação material da vida praticada pelas mulheres e ver de que maneira elas se transformam em algo concreto, buscando seu bem viver. A SOF desenvolveu em 1996 um trabalho sobre gênero e agricultura familiar, o qual se constituiu numa pesquisa em cinco regiões do Brasil, compreendendo os seguintes estados: Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão e Mato Grosso. E a pergunta: se as

mulheres tivessem mais poder de decisão no âmbito da família, sindicato e associação, no que diz respeito à agricultura familiar, que modelo de desenvolvimento para essa agricultura iriam pôr em prática? A partir daí foi desenvolvida uma metodologia de trabalho para a pesquisa. O resultado foi bastante instigante, porque eram mulheres do Sul, do Nordeste, duas regiões diferentes, do agreste pernambucano e da região agro-extrativista do Maranhão e da região da agricultura familiar, também do Mato Grosso. Pelo menos nesses locais, a idéia do agricultor homem estava voltada à agricultura para vender e ter dinheiro no bolso. E as mulheres, nessas cinco regiões, também de forma convergente, que-



riam uma agricultura que garantisse condições de vida melhores para a própria unidade familiar e para a comunidade. Em uma etapa do método da oficina, elas tinham que desenhar a comunidade que queriam construir, e era muito curioso porque os equipamentos eram coletivos, havia uma área enorme nos desenhos de lazer, de diversão. Isso foi muito interessante porque apareceu nas imagens feitas por mulheres do Sul, do Nordeste, do Centro-Oeste, em várias regiões, a mesma perspectiva de desenvolvimento em torno da **agricultura familiar\***:

\* Uma agricultura centrada na diversidade e no diálogo entre a família – a mulher sentar-se com o marido e os filhos e juntos planejarem a semana, como e o que produzir – é o desejo e o sonho da maioria das agricultoras explicitados nas comunidades pesquisadas. Foi, portanto, muito interessante constatar que, se as mulheres tivessem mais poder de tomar decisões – pelo menos foi assim imaginado nas oficinas, – a agricultura familiar seria bem diversificada, e haveria tempo para viver em comunidade com o lazer, com a diversão; as florestas e os mananciais seriam planejados e não toda essa lógica de vender, vender, vender a agricultura para o mercado, que também se reproduz na agricultura familiar.

Afinal, para se responder a perguntas sobre que economia se está querendo construir, que outras formas de relações sociais estão sendo construídas a partir dessas experiências em andamento, é preciso desvelar o trabalho que as mulheres desenvolvem no campo da chamada economia solidária. Aliar o horizonte que nos aponta o movimento feminista de igualdade, a autonomia das mulheres e a superação das relações de poder dos homens sobre as mulheres, com o horizonte da economia solidária de superar o sistema econômico centrado no capital por outro sistema centrado no trabalho autogerido, capaz de impregnar com práticas cooperativas, dialógicas e solidárias as relações entre as pessoas no processo de produção. Construir um sistema econômico diferente, que garanta que a sociedade tenha o domínio sobre as riquezas, e não as riquezas sobre a sociedade, e que assegure também outra qualidade nas relações entre homens e mulheres, uma vez transformadas as relações inter-pessoais.

As riquezas materiais, imateriais, mercantis e não-mercantis estão aí produzidas. Foram trabalhadores e trabalhadoras deste mundo que as construíram e o sistema do capital é quem se apropria delas e define o que é e o que não é valioso. Por isso, é urgente e necessário pensar e praticar outro modo de funcionamento da economia que garanta a sustentação material da vida: moradia, saúde, educação, comida, roupa, transporte, o mínimo necessário para viver com tranquilidade. Dentro do cenário atual isso não é possível. No sistema do capital a massa dos trabalhadores e trabalhadoras estará fadada a ser matéria-prima para a máquina de jogar gente no lixo.



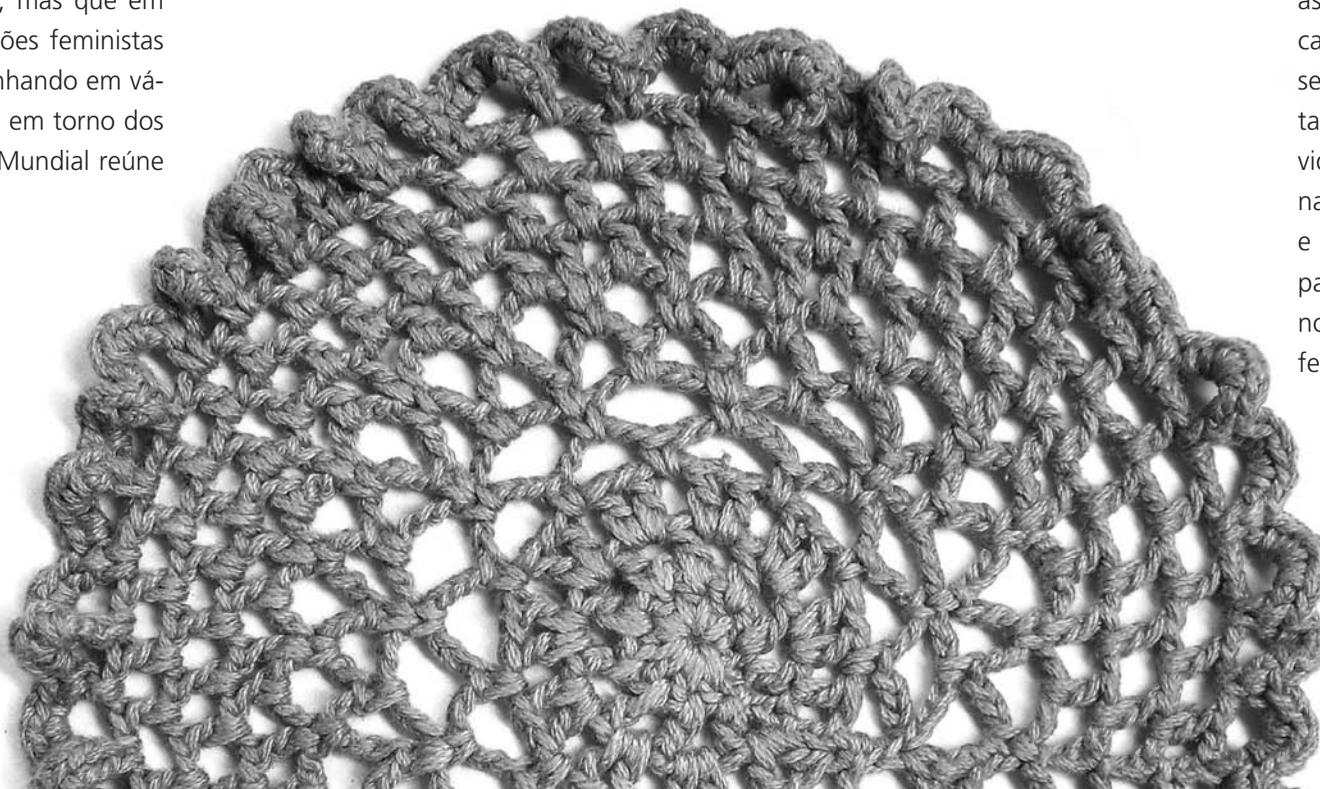


que assumem cada vez mais a tarefa de cuidar não só da casa, mas também do lugar e da comunidade em que vivem. O Estado, diminuído de suas funções de orquestrador de desenvolvimento socioeconômico, sobrecarrega as mulheres de tarefas de gestão de seus programas assistenciais, já que ele mesmo não trata a pobreza como consequência da política econômica e não apenas da política social. A discussão em torno desse elo entre pobreza e modelo econômico baseado no mercado deu origem a uma série de propostas que não são exclusivas da Marcha Mundial de Mulheres, mas que em torno dessas articulações feministas mundiais vão se desenhando em vários fóruns de debate, em torno dos quais o Fórum Social Mundial reúne grande parte.

Como se verá, são propostas que desafiam tanto a construção de reflexões teóricas sobre temas relacionados ao trabalho das mulheres como também englobam aquelas que vão à esfera das relações interpessoais, como a divisão de tarefas domésticas. Em todas elas está presente a tarefa de construir o novo, de sair das trincheiras do velho e ousar no plantio de idéias, concepções, lógicas, atitudes, comportamentos que refaçam a cultura de que “não há alternativa”. São elas:

- **Visibilizar** o impacto específico que tem a economia dominante sobre as mulheres, no sentido de uma tarefa constante que deve renovar-se sempre, chamando atenção sobre o invisível que é a situação de pobreza e de violência que vivem as mulheres.
- **Identificar** as causas estruturais da opressão específica das mulheres.
- **Reconceituar** os conceitos econômicos fundamentais.
- **Desenvolver** práticas políticas para apoiar o desenvolvimento de relações econômicas solidárias.

Estas são algumas propostas de ação que estão sendo discutidas pelos movimentos de mulheres em várias partes do mundo. Existem outras, naturalmente. Ao apresentá-las, não estamos buscando abranger a todas elas. Chamamos a atenção das acima citadas por considerarmos sua potência na formulação de outros pressupostos que possam contribuir para revelar o trabalho e a visão de mundo das mulheres, que são pelo menos metade da população economicamente ativa e dos/das que estão no desemprego e na informalidade. E, ao mesmo tempo, podem revelar as relações socioeconômicas historicamente construídas por elas e que serviram como elemento fundamental para a reprodução material da vida, mas que sempre ficou marginal, invisível, como se não existisse e não tivesse nenhuma importância para construir as bases de outra economia. Vida longa às economistas feministas!



## Referências:

CARRASCO, Cristina (Ed.), 1999. "Mujeres e economía, nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas". Icaria Ed., Barcelona (Cambridge Univ. Press 1988).

"Construir la igualdad: debates feministas em el Foro Social Mundial." Agosto 2003.

Diana Strassmann, p. 29 em NOBRE, M. e FARIA, Nalu. "Economia Feminista". São Paulo: SOF, 2002.

MÉSZÁROS, István. "Para além do capital". São Paulo e Campinas: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.

GUILLEN, Rosa. "Economia Solidária no Fórum Social 2002", em Semear Socioeconomia – n. 7. Rio de Janeiro: Pacs, 2003.

## Articulações da economia feminista:

- Rede Economia e Feminismo (REF): [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

- Sempre Viva Organização Feminista (SOF): [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

- Pólo de Socioeconomia Solidária: [www.socioeco.org](http://www.socioeco.org);

- Marcha Mundial das Mulheres [www.marchamundialdasmulheres.org/](http://www.marchamundialdasmulheres.org/)

- REMTE - Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia: [www.movimientos.org/remte/](http://www.movimientos.org/remte/)

- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: [www.presidencia.gov.br/spmulheres](http://www.presidencia.gov.br/spmulheres)

- International Association for Feminist Economics: [www.iaffe.org](http://www.iaffe.org)

O PACS é uma organização sem fins lucrativos que atua de forma articulada às dimensões micro, meso e macro da realidade, a fim de colaborar no empoderamento dos sujeitos sociais para a transformação e a superação do sistema de poder atual, mediante a denúncia e a crítica das relações de alienação e opressão, e a construção cotidiana de propostas e práticas que viabilizem relações emancipadoras.

O Pacs coloca o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escola de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário, pensando a economia de forma diferente e dando um outro rumo ao nosso sistema socioeconômico.

Foi fundado em 1986 como a parte brasileira do PRIES - Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina -, iniciativa de um grupo de economistas comprometidos com processos de transformação social, que retornavam do exílio aos seus países de origem: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

O Pacs produz pesquisas, análises e reflexões críticas sob a forma de publicações impressas e audiovisuais, além de fazer políticas alternativas, projetos de desenvolvimento, assessorias e atividades educativas.

## Saiba mais sobre esta série:

A série *Globalização e Solidariedade* propõe focar assuntos macroeconômicos, apresentando críticas e propostas alternativas aos modelos vigentes. Procura evidenciar que somente é possível globalizar com solidariedade e cooperação.

## Números anteriores:

**Nº 1 – Que outra integração é possível? Soberania sim, Alca não.** O projeto da ALCA é contrastado com o de uma integração que aponta para o intercâmbio dos povos, culturas, direitos, sabedoria indígena e popular, mercados e economias do continente americano, cuja base é a vida e a soberania nacional e dos povos.

**Nº 2 – Governo Lula e Acordo com FMI. Existem Alternativas.** Diagnóstico do Acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional, analisando suas implicações e apontando alternativas possíveis.

**Nº 3 – Mulheres e Economia.** Síntese dos trabalhos do Encontro Mulheres e Economia, do qual participaram mais de 50 pessoas, através de trocas em um fórum eletrônico ([womem@socioeco.org](mailto:womem@socioeco.org)) e em dois encontros: um em Paris (2000) e outro em Havana (2001).

**Nº 4 – Pan-Americano de 2007: grande negócio para quem?** Chama a atenção para os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro. O evento, que não se trata apenas de uma competição esportiva, traz mudanças radicais na cidade, com efeitos diretos na vida da população.